



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

11/06/2012

FORNECEDOR 01:

- 01- Em vários pontos do edital são referenciados percentuais sobre o valor total estimado da contratação por ano ? Qual o valor estimado da contratação por ano ?

Resposta: Não é usual o fornecimento de valor estimado da contratação em licitações via pregão, uma vez que o valor é referência para o pregoeiro no julgamento das propostas. Informamos ainda que, em atendimento a legislação pertinente, tal valor encontra-se no processo físico, que pode ser consultado por qualquer interessado.

FORNECEDOR 02:

- 02- Quais serão os critérios de incidência de juros e correção monetária, em caso de atraso nos pagamentos, nos termos do artigo 55, inciso III e 40, inciso XIV, alínea "c" da Lei Federal 8.666/93.

Resposta: O não pagamento na data de vencimento da nota fiscal/fatura implicará incidência de juros legais de 1% ao mês sobre o valor devido. Esta resposta passa aderir ao edital, na forma do seu item 3.4.1.

- 03- Quais serão os critérios para repactuação contratual, face às majorações salariais das categorias empregadas na execução do contrato, consoante preconiza o Decreto Federal nº 2.271/97 e a Instrução Normativa 02/2008, modificada pela Instrução Normativa 03/2009

Resposta: O fator de reajuste previsto em edital é exclusivamente o INPC. Fica resguardado o direito do fornecedor de, durante a vigência da ata, solicitar um pedido de reequilíbrio econômico financeiro o qual a Administração analisará tendo em vista os argumentos apresentados e o contexto à época.

FORNECEDOR 03:

04-

O Edital solicita Qualificação Técnica e determina no sub item 7.4.1.2 que deverá constar no documento:

"7.4.1.2 Afirmação de que o responsável pela veracidade das informações está ciente de que o atestado será utilizado em uma licitação pública;" (grifo nosso)

Reza a Lei 8666/93 no art. 30, § 5º subscrita que a solicitação de comprovação técnica deve atender o que segue:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação. (grifo nosso).

Desta forma questionamos a exigência do item 7.4.1.2, entendendo que está demasiadamente distinto do exigido em Lei, conforme citado.

Se esta renomada Instituição Pública manter a descrição do subitem, estará excluindo a participação da Cia. supra mencionada na disputada elencada neste processo. Além disso, a concordância com a emissão de um documento por pessoa de direito público ou privado é denotada na assinatura; não tendo que determinar prazo de validade e declarar para qual fim será utilizado.

A boa fé e veracidade do documento emitido deve ser mantida pela solicitante e passando ser de sua responsabilidade a utilização do documento com as informações nele contidas para o fim a que se destina, neste caso comprovar aptidão.

Sendo só, aguardaremos resposta deste questionamento no prazo previsto no Edital.

Resposta: É do interesse público permanecer com o item 7.4.1.2., uma vez que o responsável deve saber que sua declaração será entregue a administração pública. Entendemos que a declaração com esses termos será de maior veracidade e a exigência ser de caráter simples. Não solicitamos no entanto um tipo de declaração padrão, fica a cargo do fornecedor redigi-la. No entanto, caso o atestado não tenha a referida declaração, a Administração resguarda o direito de, em caráter de diligência, entrar em contato com o emitente do atestado, a fim de comprovar os itens solicitados.

FORNECEDOR 04:

- 05- Verificando a descrição detalhada desse item identificamos que o mesmo se trata de uma gama de serviços e especialidades distintas que vão desde a instalação física de cabeamento de rede, rede de telefonia, certificação de cabos, passando por instalação e configuração de impressoras, computadores, servidores, switches, hubs, access points até firewall, sistema de diretório (AD), DHCP, DNS e elaboração de relatórios de análise e monitoramento de link de comunicação de

dados. Entendemos que essa diversidade de serviços e a falta de métricas para cotação impedem que sejam apresentadas propostas competitivas para esse item. Solicitamos que esse item seja alterado considerando apenas atividades relacionadas ao objeto ativos de rede (roteadores, switches, hubs e access points).

Resposta: Foi realizada a consulta pública, a partir da minuta do termo de referência e foi montado o perfil do técnico/analista de redes com sugestões de mercado. O serviço é condizente ao perfil desejado pela administração pública. O fornecedor deverá apenas prestar os serviços ligados a rede e não deverá fornecer materiais e equipamentos. Desta forma mantemos conforme edital.